IX GOVERNO CONSTITUCIONAL

Lei n.º …../2025

de de

Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2026

Exposição de Motivos

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 97.º e da alínea a) do n.º 2 do artigo 115.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, o Governo propõe ao Parlamento Nacional a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2026.

A presente Proposta de Lei foi preparada com base na nova Lei de Enquadramento do Orçamental Geral do Estado e Gestão Financeira Pública, Lei n.º 2/2025, de 23 de Abril.

O Orçamento Geral do Estado para 2026 apresenta todas as receitas e despesas dos órgãos e serviços do Setor Público Administrativo para o período compreendido entre o dia 1 de janeiro e o dia 31 de dezembro de 2026, sendo composto pelo Orçamento da Administração Central, pelo Orçamento da Segurança Social e pelo Orçamento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno.

A Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2026 prossegue a estratégia de implementação das prioridades previstas no Programa do Governo, sob o lema "*Investir na Transformação Nacional, na Integração Regional e no Desenvolvimento Inclusivo*".

A Proposta de Orçamento para 2026 é formulada com base nos Objetivos Estratégicos do IX Governo Constitucional, orientando-se para promover o desenvolvimento socioeconómico através de investimentos em infraestruturas estratégicas, no fortalecimento do setor económico e em iniciativas destinadas a melhorar o bem-estar dos cidadãos. O Orçamento reflete o compromisso do Governo em impulsionar um crescimento sustentável, inclusivo e capaz de gerar benefícios para todos os timorenses.

Com a adesão de Timor-Leste à ASEAN confirmada, a estratégia orçamental assume uma dimensão regional, reforçando a competitividade nacional e criando condições para alargar as oportunidades do setor privado. Esta abordagem está alinhada com o Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011 – 2030) e com o Programa do IX Governo Constitucional, dando continuidade aos investimentos de capital em infraestruturas prioritárias e integrando reformas essenciais — como a nova legislação de aprovisionamento e contratos públicos e a introdução de contratos plurianuais — que visam melhorar a eficiência da execução orçamental e a qualidade dos resultados.

O Orçamento para 2026 também coloca a tónica na sustentabilidade das finanças públicas a médio e longo prazo, prevendo reformas da função pública e a promoção de energias renováveis. Por outro lado, a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento de Timor-Leste (BNDTL) desempenhará um papel catalisador na economia. Espera-se que ao fornecer crédito acessível e garantias para setores prioritários, o BNDTL opere de forma eficiente sem depender de subsídios do Estado. Ao mesmo tempo, o reforço do papel do setor privado e a diversificação económica são destacados como pilares para consolidar a integração regional e assegurar que o crescimento económico se traduz em desenvolvimento inclusivo e maior resiliência nacional.

No âmbito das infraestruturas estratégicas, a proposta de Lei para 2026 aloca US$223 milhões ao Programa Estradas e Pontes, consolidando os progressos e assegurando a conclusão de 250 km de estradas nacionais, 156 km de estradas municipais e 7 pontes em construção, além de preparar nova carteira para mais de 800 km. Integram-se medidas de resiliência climática com 6 novas pontes e 13 projetos de proteção fluvial (9.200 metros), reduzindo a vulnerabilidade a inundações e garantindo acesso contínuo a serviços essenciais.

No setor do petróleo e recursos minerais, a dotação de US$194,1 milhões confirma o papel estratégico do domínio para a estabilidade fiscal e a segurança energética. Destacam-se US$66,5 milhões para o Projeto Tasi Mane (Base de Suai e rodovia Zumalai–Natarbora) e US$51,9 milhões para os avanços técnicos e negociais do Greater Sunrise, preparando a futura exploração e o gasoduto para Timor-Leste, a par da transição de Bayu Undan e de estudos geológicos que reforçam a atratividade do setor a novos investimentos.

A educação permanece prioridade com US$181,7 milhões, consolidando ganhos e enfrentando desafios de acesso e qualidade. US$108,9 milhões vão para a educação básica (salários, reabilitação e construção de escolas e operações de sala de aula), US$21,7 milhões para o ensino secundário e US$13,7 milhões para o ensino superior, incluindo a UNTL e o Instituto Politécnico de Betano. A educação pré-escolar recebe US$10,6 milhões, enquanto reformas curriculares, educação inclusiva e tecnologia elevam a qualidade da aprendizagem.

A eletricidade recebe US$138,5 milhões para modernizar a rede, expandir o acesso e acelerar a transição energética. Estão previstos novos ativos de rede (subestações, linhas subterrâneas e interligações), a central solar de 72 MW em Laleia e a solução híbrida em Ataúro. O programa de eletrificação rural estenderá o serviço a mais 186 aldeias, reduzindo a dependência de geradores a diesel e promovendo a inclusão energética.

Na saúde, a alocação é de US$138,3 milhões, distribuída entre o Ministério da Saúde, o HNGV, o Instituto Nacional de Farmácia e estruturas municipais e regionais. O foco inclui cuidados secundários e terciários (hospitalizações, tratamentos especializados e reabilitação de infraestruturas) e a expansão dos cuidados primários (nutrição, saúde reprodutiva, imunização e DNT), com destaque para um novo edifício pediátrico e uma ICCU no HNGV, além do reforço do Serviço Nacional de Ambulância e Emergência Médica.

Em proteção social e inclusão, a proposta aloca US$54 milhões, privilegiando apoio a famílias vulneráveis, pessoas com deficiência e crianças. O programa Bolsa da Mãe é reforçado com US$10,3 milhões (agora incluindo o pré-escolar) e arranca o

programa piloto BdMK SANUTRIO, que combina transferências de rendimento com alimentos nutritivos para mulheres grávidas e crianças pequenas. Paralelamente, US$15 milhões vão para a Conferência Episcopal Timorense e US$9,6 milhões para congregações e fundações religiosas, potenciando a parceria com a sociedade civil.

O setor agrícola dispõe de US$43,4 milhões, essencial para a segurança alimentar e a redução da pobreza rural. O destaque é o Programa Nacional de Reabilitação da Irrigação (US$15,7 milhões) nas principais zonas produtoras de arroz e milho, complementado por mecanização, distribuição de sementes e fertilizantes, reforço dos serviços veterinários e investimentos em pesca artesanal, aquicultura e silvicultura sustentável. Promovem-se ainda cooperativas, envolvimento da juventude e a expansão das cadeias de valor.

Em complemento, o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH) recebe US$20,6 milhões para bolsas de estudo nacionais e internacionais em áreas críticas (saúde, engenharia, TIC, agricultura e administração pública). Mais de 1.000 estudantes deverão beneficiar em 2026, fortalecendo o capital humano alinhado às necessidades do mercado.

A Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2026 integra um conjunto de medidas permanentes de política orçamental concebida para garantir a sustentabilidade das finanças públicas e promover o desenvolvimento económico e social de Timor-Leste, das quais se destacam:

- Uma dotação de US$436,0 milhões para investimento em Capital de Desenvolvimento, incluindo infraestruturas estratégicas de transporte, energia, água e serviços sociais em todo o território nacional;
- Uma transferência de US$123,4 milhões para a EDTL, E.P., assegurando a continuidade do fornecimento de eletricidade fiável, acessível e sustentável em todo o país;
- Um montante de US$55,9 milhões para o sistema de cuidados de saúde primários, reforçando os serviços comunitários, particularmente em áreas rurais, e garantindo o acesso equitativo a cuidados de qualidade;
- Um alocação de US$ 50 milhões para a avaliação técnica e financeira dos projetos estratégicos de infraestrutura e desenvolvimento petrolífero a jusante em Natarbora e US$ 50 milhões que serão usados para financiar os estudos técnicos para o desenvolvimento da infraestrutura do Projeto Tasi Mane.
- Uma dotação de US$37,1 milhões para descentralização, direcionada ao desenvolvimento de infraestruturas locais e ao fortalecimento da autonomia municipal;
- Um montante de US$29,1 milhões para o Programa de Merenda Escolar, garantindo refeições nutritivas no pré-escolar e ensino básico, melhorando a aprendizagem e a retenção escolar;
- Uma dotação de US$22,6 milhões para entidades sociais e culturais, incluindo US$15,0 milhões para a Conferência Episcopal Católica e US$6,6 milhões para associações desportivas e grupos vulneráveis;
- Uma reserva de US$16,2 milhões para o setor da justiça, destinada a modernizar o sistema judicial, fortalecer os direitos fundiários e garantir acesso equitativo à justiça para todos os cidadãos.

No exercício orçamental de 2026, propõe-se, conforme previsto no Lei que criou o regime de Segurança Social, transferir o saldo do orçamento da Segurança Social

apurado no exercício orçamental anterior para o Fundo de Reserva da Segurança Social.

A Proposta de Lei mantém o regime de isenções fiscais que abrange aquisições estratégicas do Estado, como armas e munições destinadas às forças de segurança, despesas médicas realizadas no estrangeiro, doações provenientes de parceiros internacionais e rendimentos de agentes de cooperação no âmbito de acordos celebrados com a República Democrática de Timor-Leste, assim como mantém as medidas relativas ao imposto seletivo do consumo aplicáveis a bebidas não alcoólicas, cerveja, vinho, tabaco, veículos ligeiros de passageiros e outros bens específicos, com taxas diferenciadas consoante a natureza do produto.

Propõe-se autorizar o Governo a contratar ou emitir até US$850 milhões de nova dívida pública. Por outro lado, autoriza-se também a contratação de empréstimos para financiar outras despesas para além de despesas com infraestruturas estratégicas, designadamente, despesas nas áreas da exploração, refinação e transporte de petróleo e gás e investimentos associados, e nas áreas da educação, saúde, formação, agricultura, transportes, turismo e energias renováveis.

O governo vai ainda adaptar um conjunto de medidas temporárias de política orçamental, destacando-se entre as mais relevantes:

- A capitalização do BNDTL no valor de US$55,0 milhões;
- O levantamento geotécnico em Natarbora, que envolve o estudo pré-FEED para a fábrica de GNL em Natarbora, o estudo pré-FEED para refinaria e planta petroquímica em Natarbora, o estudo para instalação marinha em Natarbora, o levantamento e supervisão do gasoduto Greater Sunrise e Bayu-Undan, o estudo de impacto ambiental da instalação de hidrocarbonetos em Natarbora e os estudos relacionados, no valor de US$60,0 milhões;
- Aumento de transferência para Timor Gap para preparação do plano de negócios, no valor de US$25 milhões;
- Projetos e atividades em áreas urbanas ligadas à política de toponímia no Ministério das Obras Públicas (MOP) e Fundo de Infraestruturas (FI), no valor de US$20,0 milhões;
- Colocação e recrutamento de candidatos a bolsas de estudo para professores, no valor de US$16,0 milhões.

Aprovado em Conselho de Ministros de 30 de setembro de 2025.

O Primeiro-Ministro,

_____

Kay Rala Xanana Gusmão

A Ministra das Finanças

_____

Santina J. R. F. Viegas Cardoso